

Cleci Leão 31/03/2016 03:00

ICAO limita o transporte de baterias de lítio por via aérea e gera incertezas

Usadas em aparelhos eletrônicos de toda sorte, as baterias representam uma parcela substancial do transporte aéreo de cargas

Em vigor a partir de amanhã (01 de abril), as novas regras internacionais da ICAO (International Civil Aviation Organization) estabelecem que o transporte aéreo de baterias de íons de lítio deverá seguir uma série de novos parâmetros. O primeiro refere-se ao limite de carga das baterias, que não poderá ultrapassar 30%, o que não se aplica a baterias acondicionadas ou contidas no equipamento. O segundo item a ser considerado é a quantidade de volumes: o embarcador não poderá transportar mais do que um volume (em que houver apenas baterias) por envio. Em seguida, as restrições recaem sobre as embalagens, que não poderão agrupar mais do que 8 pilhas ou 2 baterias de lítio. E a última determinação é de que o transportador deverá se certificar de que as baterias de lítio estejam acondicionadas em local separado das demais cargas.

Diante das mudanças que afetarão diretamente o transporte de mercadorias, os embarcadores vêm lutando para entender e adequar-se às novas regras. As medidas deverão ter impacto considerável, uma vez que baterias de lítio são utilizadas em notebooks, tablets, smartphones e uma lista extensa de aparelhos

eletroportáteis que conferem mobilidade aos aparelhos eletrônicos, além de máquinas pesadas e alguns modelos de veículos automotivos.

O órgão internacional que congrega a aviação mundial IATA (International Air Transport Association) divulgou recentemente que, nestas semanas que antecederam a implementação das regras, recebeu o dobro de perguntas acerca de regras para cargas perigosas, sendo a maioria delas ligada ao transporte de baterias de lítio por via aérea.

Uma das preocupações dos usuários diz respeito ao estado de carregamento das baterias, que fica estipulado em 30% no máximo, algo difícil de controlar, já que a maioria delas pode ter sido armazenada em terminais ou depósitos com cargas acima desse limite. Na impossibilidade de testar cada bateria já embalada, a própria IATA acredita ser praticamente inevitável que, nas semanas iniciais da aplicação da regra, excedam os 30% de carga determinados pela ICAO.

Algumas companhias aéreas, incluindo a Cathay Pacific, já suspenderam o transporte de baterias de lítio, tanto no transporte de cargas quanto no de passageiros. Mark Sutch, Diretor Geral da Cathay Pacific para cargas, declarou ao *Lloyd's Loading List* que o transporte de baterias de íon de lítio não representava uma proporção significativa do tráfego total da companhia, e que acreditava que os produtores e importadores encontrariam outras possibilidades de transportar suas mercadorias, como, por exemplo, por vias aéreas ou rodoviárias.

No entanto, o mercado que sofrerá maior impacto decorrente da nova regra será o de transportadores e embarcadores estabelecidos no leste asiático, que serão impedidos de carregar as baterias instaladas em aparelhos eletrônicos, como telefones, computadores e tablets, uma carga que representa uma parcela substancial do transporte aéreo de cargas.

A IATA garantiu que manterá equipes dedicadas à solução de questões que forem levantadas a partir da implementação da nova regra, até que se permita novamente o embarque de baterias de lítio em voos de passageiros. A cada semana, produz-se mundialmente cerca de 400 milhões de baterias de íons de lítio, sendo que uma quantidade expressiva é transportada por via aérea. A ICAO, por sua vez, diz que está trabalhando em iniciativas que aumentem a conscientização do perigo das baterias, de modo a incentivar autoridades internacionais a estipular regras de controle. A entidade também tem incentivado o desenvolvimento de embalagens especiais que permitam o transporte das baterias sem o risco de explosões.